

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **02.08.2017**
(Quarta-feira)

Local: **Auditório da AMAVI – Rio do Sul**

Horário: **09h00min às**
10h40min

PAUTA

1	Aprovação da Ata da Reunião anterior
2	Responsabilidade do Poder Público em relação às calçadas – Kleide Tenffen Fiamoncini – Assessora Jurídica da AMAVI
3	Simplificação na análise de Projetos no Município de Rio do Sul – Carolina Fernanda Kuhl – Diretora Executiva de Planejamento da Prefeitura de Rio do Sul
4	Assuntos Gerais: 4.1. Seminário Regional: Elaboração do Diagnóstico Socioambiental em Áreas Urbanas Consolidadas; 4.2. X Fórum Permanente de Prevenção e Mitigação aos Riscos de Desastres; 4.3. Demais assuntos de interesse do Colegiado.

DISCUSSÕES/DECISÕES

1	A ata da reunião do dia 21.06.17 foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.
2	A Assessora Jurídica da AMAVI, Kleide Fiamoncini fez uma explanação geral com relação a responsabilidade do poder público em relação às calçadas, dúvida gerada após a aprovação da Lei Federal nº 13.146/15, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em resumo, foi comentando que mesmo após a aprovação da referida lei, os Tribunais têm reconhecido o dever dos particulares em conservar e manter a integralidade dos passeios públicos, sem afastar o dever do Poder Público municipal em planejar, regular e fiscalizar tal patrimônio público. Temos, assim, que a responsabilidade oriunda dos passeios públicos é do ente municipal, que pode, por lei, impor aos particulares o dever de conservação e manutenção dos mesmos, dentro das regras urbanísticas locais. Ao final foi recomendado para que os municípios normatizem e fiscalizem a execução e manutenção das calçadas nos seus municípios, não sendo necessário, neste momento, alteração nas leis municipais referentes as calçadas.

3	<p>A Diretora Executiva de Planejamento da Prefeitura de Rio do Sul, Carolina Kuhl apresentou o processo de simplificação nas análises dos projetos para emissão de Alvará, que está em estudo para implantação na prefeitura de Rio do Sul. Com essa metodologia sugerida, a apresentação de projetos de edificações para análise do Município se dará na forma de um projeto padrão que consiste num conjunto de peças gráficas demonstrativas das dimensões externas, implantação, volumetria, áreas e índices urbanísticos da edificação projetada. Para cada uso da edificação existe uma lista específica de itens a serem representados no projeto padrão. Juntamente com o projeto padrão é apresentada uma Declaração de Responsabilidade, onde o autor do projeto reconhece que o projeto está rigorosamente de acordo com as Normas Técnicas e com as disposições legais em vigor no que tange à esfera Municipal, Estadual e Federal, inclusive as Normas Técnicas de Acessibilidade. O estudo para implantação do processo de simplificação na Prefeitura de Rio do Sul está praticamente finalizado, e será ainda discutido com algumas instituições antes da sua implementação.</p>
4.1	<p>Fabiana apresentou a programação do Seminário Regional: Elaboração do Diagnóstico Socioambiental em Áreas Urbanas Consolidadas, que será promovido pela AMAVI no dia 23 de agosto, no Anfiteatro do Núcleo de Práticas Jurídicas da UNIDAVI. O Seminário tem por objetivo demonstrar a importância da elaboração e implantação do diagnóstico socioambiental visando à delimitação das áreas urbanas consolidadas, das áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco, possibilitando o fornecimento de subsídios técnicos para a tomada de decisão administrativa acerca das medidas alternativas a serem adotadas. O público alvo do evento são prefeitos, vice-prefeitos, secretários e técnicos municipais de planejamento, meio ambiente e defesa civil.</p>
4.2	<p>Na sequência foi apresentada a programação do X Fórum Permanente de Prevenção e Mitigação aos Riscos de Desastres, que será realizado nos dias 25 e 26 de setembro, sendo que no dia 25 o evento será na sede da AMMVI com palestras sobre o tema e no dia 26, eventos simultâneos na região das três bacias hidrográficas: Alto Vale, Médio Vale e Foz. Foi solicitada a sugestão de assuntos a serem debatidos no segundo dia do evento no período na manhã, que será realizado aqui em Rio do Sul. Foi sugerida, a questão de adaptação da legislação urbanística X ocupação de áreas de risco, além de formas de incentivo a não ocupação destas áreas frágeis.</p>
4.3	<p>Ainda nos assuntos gerais, foi realizada a leitura do convite da capacitação sobre</p>

	regularização fundiária que será realizada em Florianópolis no dia 03/08 e comunicado que o parecer referente ao PL n° 0330.5/16 em tramitação na ALESC que substitui a Lei Estadual de Parcelamento do Solo, recebeu contribuições de alguns membros do COPLAN e já foi encaminhado para a FECAM.
--	--

PENDÊNCIAS	
-------------------	--

5	Enviar por e-mail aos membros a apresentação da Assessoria Jurídica da AMAVI referente a responsabilidade do Poder Público em relação às calçadas.
---	--

PARTICIPANTES	MUNICÍPIO
Fabiana Meurer	AMA VI
Gustavo Leonardo Wloch	AMA VI
Maicon Jahn	Agrônômica
Marlon Kaio Bunn	Presidente Nereu
Diego Westphal	José Boiteux
Vilson dos Anjos	Vidal Ramos
Camilo Roberto C. Bastos	Vidal Ramos
Gilberto Tassi	Dona Emma
Eduardo F.R. Cosme	Agrolândia
Clarice Schmitz	Agrolândia
Mirlei G. Dietrich	Witmarsum
Sandra Maria Secchi	Ibirama
Jonathan Menegaz de Faveri	Ibirama
Diego Fernando Chiquio	Chapadão do Lageado
Ederley Bruno Muller Silva	Mirim Doce
Clóvis Wolnei Pauli	Presidente Getúlio
Luiz Rossi Neto	Presidente Getúlio
Gilmar Schappo	Petrolândia
Gilson Diogo da Cunha	Petrolândia
Geziel Balcer	Trombudo Central
Ramon Felipe Wasch Paes	Aurora
Antônio José Tenfen	Ituporanga
Carlos Caprestano Ferreira	Santa Terezinha
Josiane Teixeira	Lontras
Geferson Aragão	Lontras
Natanael Vinotti	Braço Trombudo

ASSINATURAS – DIRETORIA EXECUTIVA

Diego Westphal
Coordenador

Sérgio Rudolf
Vice-Coordenador

Fabiana Meurer
Secretária Geral

Lenon Serpa Damazio
Primeiro Secretário

Ederley Bruno Muller Silva
Segundo Secretário